



Resumo da Audiência Pública que discutiu situação do Hospital Regional de Araguaína

O Ministério Público Estadual (MPE), na busca de fazer valer o direito fundamental à saúde para a população, questiona a falta de medicamentos e insumos, os atrasos nas cirurgias eletivas, a insuficiência de estoque regulador, a precariedade da estrutura física, supostas irregularidades em pagamentos de gratificações a servidores, supostos servidores fantasmas, ausência e déficit de leitos, entre outras irregularidades que foram apontadas ao longo do evento.

Coordenaram a audiência os Promotores de Justiça Araína Cesárea Ferreira dos Santos D'Alessandro e Alzemiro Wilson Peres de Freitas, que compuseram a mesa de abertura do evento, onde também estavam presentes a Secretária Estadual da Saúde, Vanda Paiva, a Procuradora da República do Ministério Público Federal em Araguaína Aldirla de Albuquerque, o Presidente da Câmara dos Vereadores de Araguaína, Marcos Marcelo, e o Defensor Público Cleiton Martins.

Na plateia, estiveram presentes outras autoridades convidadas para o debate: Aguinaldo Teixeira, Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Kaio Diniz, Diretor do HRA, Gean Coutinho, da Secretaria Municipal de Saúde, José Rigotti, do Conselho Municipal de Saúde, Rademarker Martins, da Organização não-Governamental (Ong) SOS Liberdade, além de vereadores da Câmara Municipal.

A população também se fez presente no local, munida de cartazes com reivindicações de melhorias no serviço público de saúde. Para a Promotora de Justiça Araína D'Alessandro, “a presença em massa de populares demonstra a insatisfação de todos com precariedade da situação do HRA e o quanto foi necessária a promoção dessa audiência buscando soluções para os problemas verificados no hospital”.

As reivindicações e questionamentos foram respondidos pela Secretária Vanda Paiva, que explanou sobre as dificuldades para resolução dos problemas relacionados à saúde e o tempo que essas medidas demandam, apresentando documentos que comprovam que o Estado já realizou licitações para suprir a falta de medicamentos e insumos. Também esclareceu sobre a licitação para a construção do Hospital Geral de Araguaína e informou que a Secretaria Estadual de Administração está elaborando concurso público para a área da saúde.

Segundo a Secretária, em breve será firmado com Estados circunvizinhos um Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde (COAP), acordo firmado entre entes federativos visando organizar e integrar as ações e serviços de saúde de uma região para melhor atender à população. “Um dos fatores que interferem nos problemas que hoje enfrentamos com superlotação se relaciona ao grande quantitativo de pacientes de outros Estados que se utilizam dos serviços disponibilizados pelo HRA”, comentou Vanda Paiva, ao justificar a necessidade do Contrato.

Com relação à gestão dos Recursos Humanos do HRA, a Secretária garantiu que será instalado sistema de ponto eletrônico monitorado por vídeo para todos os profissionais atuantes, inclusive médicos e odontólogos.

Sobre as cirurgias eletivas, a Secretária garantiu que haverá um mutirão para normalização do quadro e que após os procedimentos, a diretoria do HRA repassará ao MPE, quinzenalmente, a lista de pacientes que esperam cirurgias, para evitar tratamento diferenciado aos pacientes. Com relação ao município do estoque regulador, garantiu que informará a Promotoria quando o mesmo



estiver baixo, a fim de providenciar sua reposição.

Na audiência ficou destacado que a Prefeitura de Araguaína, no que lhe compete em relação à saúde pública, também está deixando a desejar e precisa gerir melhor essa questão naquela localidade.

Ao final audiência, após ampla discussão sobre problemas existentes no HRA, apresentação de possíveis soluções, justificativas e perspectivas de ações apresentadas pela Secretária de Saúde, o Promotor de Justiça Alzemi Peres Freitas encerrou a audiência agradecendo a participação de todos e entregando a Vanda Paiva uma Recomendação Administrativa referente à prestação de serviços de saúde no Hospital.

Mais

Outro assunto discutido na audiência foi a questão da federalização do Hospital de Doenças Tropicais (HDT). A preocupação do Ministério Público é que os serviços ali oferecidos e realizados até então com qualidade ímpar sejam bruscamente interrompidos, principalmente tendo em vista ser este o único hospital do Estado que atua no combate a doenças tropicais, como malária e outras.

A Secretária de Saúde garantiu a continuidade dos serviços mesmo com a federalização e que, justamente por isso, esse processo deve perdurar por um ano. A Promotora de Justiça Araújo D'Alessandro, então, solicitou, no menor prazo possível, cópia da Minuta do Convênio entre o Estado e a Universidade Federal do Tocantins (UFT), tendo a Procuradora da República Aldir de Albuquerque alertado que o prazo previsto para a transição pode ser insuficiente.